



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5918/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Santa Cruz das Palmeiras
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS
Período	06/2017
Relator	Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora	UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS
Responsável	JOSE ANTONIO ZANATTA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	100.565.328-30
Período de Gestão	01/01/2017 a <i>dado não informado</i>

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 799.981,86	R\$ 65.035.561,45	1,2301%	1,2301%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,2301%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 57.391,77
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0.00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 149,95
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 23.716,81
(=) Liquidez do Período	R\$ 33.525,01
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 700.000,08
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 923.525,05
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ -189.999,96

Embora o resultado acima para o período atual apresente superávit, a situação de liquidez projetada para o exercício revela-se desfavorável frente ao adimplemento de compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 43,34%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 699.999,96
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 303.367,34
Despesa com folha/Transferências realizadas	43,34%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 44.564.564,86
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 115.153,60
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,26%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,26%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	33106
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 44.564.564,86
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 3.119.519,54
Total de Despesas do exercício	R\$ 476.474,95
Percentual Apurado	1,07%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,07%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Data da Geração: 19/08/2017
Hora da Geração: 01:40:31